Santa Catarina, gente que se supera

SANTA CATARINA EM 2016

BALANÇO GERAL

RESUMO

PERFIL

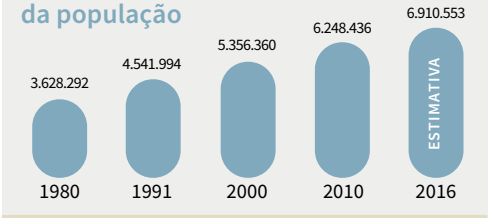
Santa Catarina e o Brasil

1%	3%	6º
do território	da população	maior PIB

Santa Catarina [REGIÃO SUL – BRASIL – AMÉRICA DO SUL]

ÁREA TERRITORIAL	POPULAÇÃO ESTIMADA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	CAPITAL
95.737,895 km² (IBGE, 2016)	6,9 milhões (IBGE, 2016)	295	Florianópolis

Crescimento da população



SANTA CATARINA está localizada na região Sul do Brasil e se destaca como um dos estados brasileiros com melhores indicadores econômicos e sociais. Com 95,7 mil quilômetros quadrados, ocupa 1% do território nacional, e seus 6,9 milhões de habitantes representam 3% da população total do Brasil. O Estado possui 295 municípios, e seu Produto Interno Bruto é o 6º maior do País.

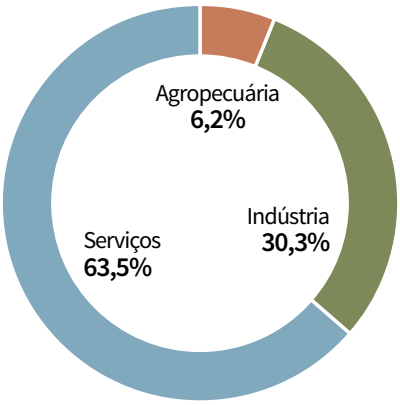
PRODUTO INTERNO BRUTO

De acordo com o último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) estadual atingiu R$ 242,6 bilhões em 2014, registrando um crescimento real de 2,4% e contribuindo com 4,2% do PIB nacional.

No que se refere ao PIB per capita, Santa Catarina se mantém em posição de destaque, com um valor observado para 2014 de R$ 36.056,00. O PIB per capita do Estado em 2014 era 28% maior do que o brasileiro.

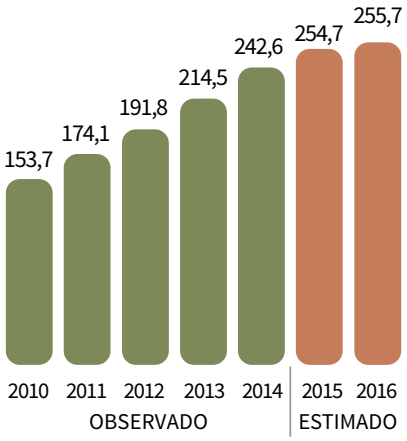
PIB de Santa Catarina por setor em 2014

Fonte: IBGE/Contas Regionais e SPG/SC



Produto Interno Bruto de Santa Catarina – Base 2010 (R$ bilhões)

Fonte: IBGE, SPG/SC E SEF/Diretoria de Planejamento Orçamentário (estimativa de PIB 2015 e 2016)



Informações mais detalhadas sobre a geografia, a história, a colonização, o povo, a cultura e os atrativos turísticos do Estado de Santa Catarina podem ser visualizadas no sítio do Estado (http://www.sc.gov.br).

INDICADORES

Reconhecimento de Santa Catarina

Menor taxa de desemprego

6,4	11,8
Santa Catarina	Brasil

Fonte: IBGE/PNAD

Segundo estado com maior crescimento na participação no PIB nacional

3,7%	4,2%
2002	2014

Estado líder absoluto na produção de maçã

Fonte: IBGE

Maior produtor e exportador brasileiro de carne suína

Fonte: Portal do Agronegócio

Segundo melhor estado para investir

Santa Catarina tem nove municípios classificados entre as 100 melhores cidades brasileiras para se investir em negócios

Fonte: Urban System

Maior expectativa de vida

78,7	75,5
Santa Catarina	Brasil

Fonte: IBGE

Terceiro Melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

0,813	0,761
Santa Catarina	Brasil

Fonte: IPEA

Segundo melhor desempenho no Índice dos Desafios da Gestão Estadual

Fonte: Macroplan

Empreendedorismo: três cidades de Santa Catarina estão entre as 15 mais favoráveis para se empreender no Brasil

Fonte: Endeavor

Estado mais bem avaliado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º), com média de 5,1

Fonte: IDEB/INEP

Maior doador de órgãos do País

34,9	15
Santa Catarina	Brasil

Terceiro no Ranking Gestão e Competitividade dos Estados

Fonte: Centro de Liderança Pública

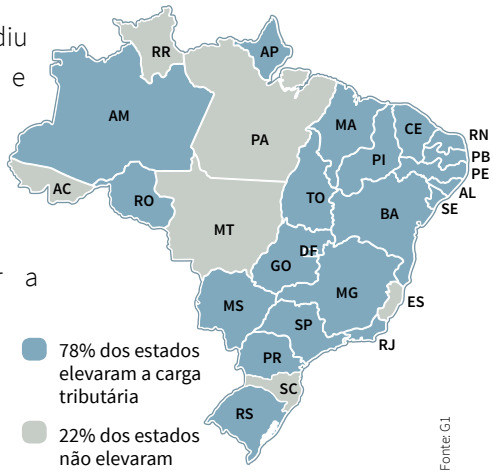
Menor taxa de homicídios do País

Fonte: Atlas da Violência 2016 - IPEA

DESAFIOS E OPORTUNIDADES 2016

Carga tributária

Santa Catarina decidiu não elevar impostos e foi uma exceção no País: 21 estados aumentaram alíquotas de ICMS como uma forma de contornar a queda vertiginosa de arrecadação.



Fonte: G1

Dívida com a União

O Governo de Santa Catarina foi protagonista da renegociação da dívida dos estados com a União. Em fevereiro, o Estado recorreu ao STF para questionar a cobrança de juros compostos sobre a sua dívida com a União. A decisão influenciou outros entes da Federação a fazerem o mesmo e levou o STF a cobrar uma decisão do Governo Federal para o impasse. O resultado foi um novo acordo de renegociação da dívida, firmado em junho, o que garantiu fôlego financeiro aos estados.

Com o acordo, o Estado deixará de pagar R$ 2,1 bilhões até junho de 2018.

Alívio no longo prazo

R$22,4BI ▶ R$8,7BI

R$13,6BI

a menos de impacto no caixa até dez/2028

Reestruturação administrativa

Para reduzir custos e aumentar a eficiência do Estado, o Governo anunciou em 2016 uma nova etapa da reestruturação administrativa e organizacional. Um projeto de lei foi enviado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina propondo a extinção de duas empresas estatais: a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB). Além disso, o Governo deu início à extinção da BESC Corretora de Seguros e Administradora de Bens Móveis e Imóveis (BESCOR), medida que já tem autorização legislativa. A estimativa é de uma economia anual de mais de R$ 42 milhões ao cofre estadual. A decisão leva em conta também a situação deficitária e a inexistência de atribuições que justifiquem a manutenção das empresas.

Fiscalização tributária

Para evitar uma curva descendente na arrecadação e a elevação de alíquotas, a administração tributária da Secretaria da Fazenda reforçou a fiscalização. Foram 270 operações em 2016 (11 a mais do que em 2015), entre elas a Quebra-Gelo, uma das maiores da história em termos de volume de recursos que podem ser recuperados: R$ 210 milhões, o suficiente para pagar por dois anos a merenda escolar fornecida para mais de 520 mil alunos da rede estadual. A administração tributária também se esmerou em buscar os direitos do Estado sobre recolhimentos específicos. Entre os resultados das operações que contaram com a participação do Grupo Especialista Setorial de Fiscalização da SEF, destacam-se os que se seguem.

Nova previdência estadual

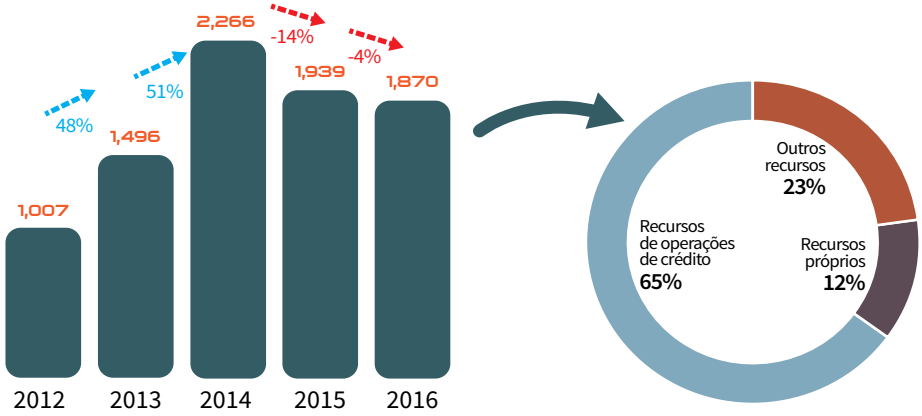
Santa Catarina tirou do papel a reforma da previdência aprovada em 2015 com o objetivo de reduzir o déficit previdenciário. Duas leis mudaram o modelo catarinense. Uma elevou a contribuição dos servidores de 11% para 14% e do Estado de 22% para 28%, de forma gradual, até 2018. A outra criou uma fundação de previdência complementar, a SCPrev. Com a SCPrev, tanto o Governo quanto o servidor só farão aportes obrigatórios de 11% ao fundo previdenciário sobre os valores até o teto do INSS (R$ 5.189,82 em 2016). O servidor terá a opção de contribuir com até 8% sobre o valor excedente para a SCPrev. Nesse caso, o Estado também terá de contribuir com 8% na previdência complementar.

Investimentos

Apesar de todas as dificuldades econômicas enfrentadas em 2016, o Governo de Santa Catarina se esforçou para manter a política de investimentos aplicada ao longo dos últimos anos, a fim de assegurar o desenvolvimento regional e promover a redução de desigualdades, o incremento do trabalho e da renda, bem como a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços públicos ofertados à sociedade. Os investimentos públicos realizados em 2016 somaram R$ 1,870 bilhão, ou seja, 7,73% do total das despesas executadas.

Investimentos públicos (R$ bilhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

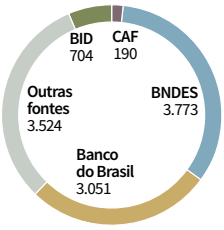


PACTO por Santa Catarina

O Programa Pacto por Santa Catarina já alcança a soma de R$ 11,2 bilhões em investimentos desde o seu lançamento. O acompanhamento e o monitoramento das obras realizadas pelo Pacto podem ocorrer por meio do aplicativo web Painel SC ou do sítio www.painelsc.gov.br.

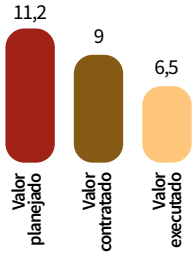
Origem dos recursos do Pacto por Santa Catarina (R$ milhões)

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina



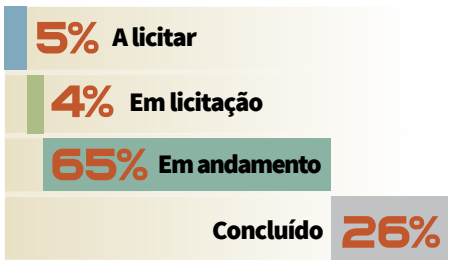
Execução acumulada do Pacto até 2016 (R$ bilhões)

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina



Situação dos projetos do Pacto

Fonte: Escritório de Projetos do Pacto por Santa Catarina



FUNDAM

O Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM) é um programa criado em 2013 com o objetivo de promover a valorização dos municípios. Com ele, mais de R$ 606 milhões em investimentos foram destinados às 295 prefeituras de Santa Catarina, principalmente para áreas de infraestrutura, saúde, educação e saneamento básico.

FUNDAM EM NÚMEROS

R$606MI PARA INVESTIMENTOS NAS 295 PREFEITURAS

1.358 RUAS PAVIMENTADAS (538 KM)

976 EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADQUIRIDOS

R$591MI VALOR TOTAL EM CONVÊNIOS ASSINADOS

59 OBRAS REALIZADAS

R$562MI EM VALORES REPASSADOS

454 CONVÊNIOS ASSINADOS (COM 99% DAS PREFEITURAS CATARINENSES)

R$90MI VALORES REPASSADOS ÀS CONTAS DAS PREFEITURAS EM 2016

Fonte: BRDE e Diretoria de Gestão de Fundos/SEF

DESAFIOS E OPORTUNIDADES 2016

Competitividade regional

O Estado lançou em 2016 o Índice de Competitividade Regional (ICR-SC) das 36 unidades administrativas de Santa Catarina. A proposta do estudo é fornecer subsídios às políticas públicas de Santa Catarina, e a partir dele será possível identificar com mais facilidade as diferenças entre as regiões, além das características de cada uma delas, auxiliando o Estado a definir ações de desenvolvimento regional e localizar as áreas de oportunidades. A Grande Florianópolis é a região mais competitiva do Estado (ICR-SC 7,03), seguida por Blumenau (6,59), Jaraguá do Sul (6,32) e Joinville (6,07). O levantamento leva em conta uma série de 66 indicadores de 10 fatores de competitividade: educação básica, educação superior, saúde, mercado de trabalho, sustentabilidade social, sustentabilidade ambiental, infraestrutura, tamanho da economia, solidez fiscal e segurança pública. O ICR-SC replica, na medida do possível, a metodologia utilizada para calcular o Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, adequando-se às restrições de informações existentes em nível regional. A meta é calcular o ICR-SC anualmente.

Auditoria Cidadã

O Governo de Santa Catarina lançou em 2016 um programa que despertou a atenção dos demais estados brasileiros: o Auditoria Cidadã. A proposta é levar auditores internos para verificar *in loco* se o recurso investido em um serviço ou obra está sendo bem aplicado. Foram realizadas cinco operações: merenda escolar, emergências de hospitais, parques ambientais, entidades beneficiadas com recursos de transferências voluntárias e APAEs. O cidadão é o principal beneficiado, mas o projeto também traz ao Governo a oportunidade de avaliar melhor as suas entregas e aperfeiçoar a sua imagem institucional.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA

Portal da Transparência

O Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual, disponível em www.transparencia.sc.gov.br, é um instrumento de controle social que possibilita ao cidadão acompanhar a arrecadação das receitas e a aplicação dos recursos públicos do Estado de Santa Catarina. Mesmo tendo lugar de destaque em rankings nacionais de avaliação da transparência, um novo Portal da Transparência começou a ser desenvolvido no final de 2015 com a coordenação da Diretoria de Contabilidade Geral. Em 2016, as ações para a melhoria da transparência da arrecadação e dos gastos públicos do Governo tiveram grandes avanços. O novo portal foi desenvolvido com a premissa de que a transparência efetiva não é apenas disponibilizar milhares de dados sobre receitas e despesas orçamentárias dos órgãos e entidades públicos em linguagem técnica. Isso pode atender aos dispositivos legais hoje existentes, contudo não alcança o real objetivo da transparência pública. Com leiaute e linguagem mais acessíveis, o novo portal tem a intenção de permitir que o cidadão encontre as informações que procura de forma rápida e que explore mais a ferramenta e aprofunde as suas consultas.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA EM NÚMEROS

3,2 MILHÕES
DE ACESSOS EM 2016

8.832
ACESSOS DIÁRIOS

6,1
ACESSOS POR MINUTO

66%
DOS ACESSOS NA ÁREA "GASTO PÚBLICO"

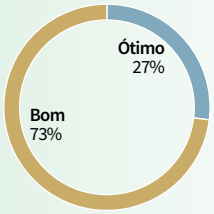
CPESC cartão de pagamento

Cartão de pagamentos do Estado

Permitir que unidades administrativas vinculadas a órgãos e entidades do Estado possam realizar despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes com maior eficiência e transparência é o objetivo principal do Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC). O CPESC caracteriza-se como uma ferramenta inovadora para uma prática antiga: o adiantamento previsto nas leis federais n° 4.320/1964 e n° 8.666/1993 e há muito utilizado. O diferencial do Cartão é o controle efetivo dos gastos, que podem ser acompanhados, em tempo real, no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Atualmente, implantado em escolas, hospitais, unidades prisionais e socioeducativas, unidades de fiscalização ambiental e administrativas do Estado, que atendem diretamente o cidadão, abrangendo quase 1,4 mil usuários, o CPESC oportuniza autonomia responsável e transparente às unidades do Estado e auxilia na continuidade dos serviços públicos essenciais.

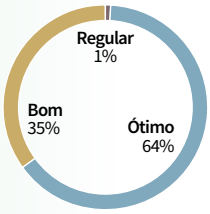
Avaliação do CPESC nas escolas estaduais

Fonte: Pesquisa CPESC Educação 2016



Avaliação do CPESC nos hospitais estaduais

Fonte: Pesquisa CPESC Saúde 2016



Número de respondentes

860
SERVIDORES
80,2% dos usuários do CPESC das escolas estaduais

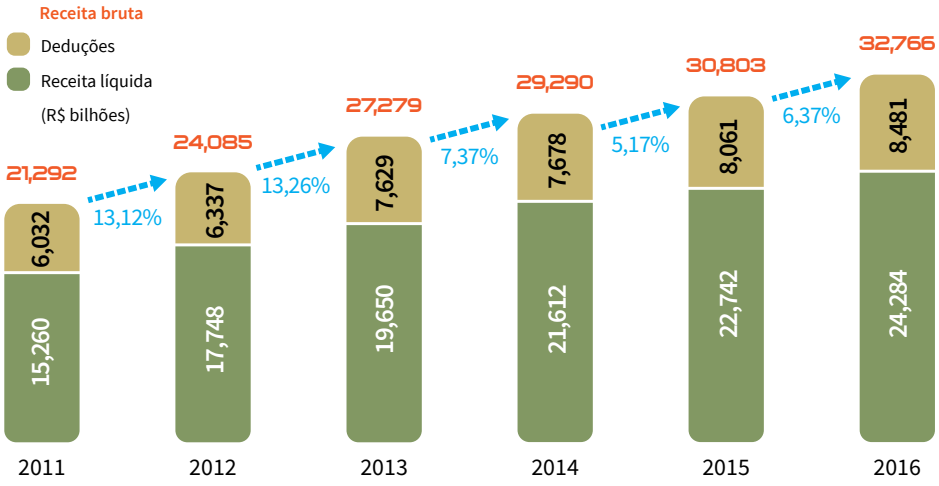
37
SERVIDORES
61,7% dos usuários do CPESC em 13 hospitais estaduais

OS NÚMEROS DE 2016

Orçamento 2016

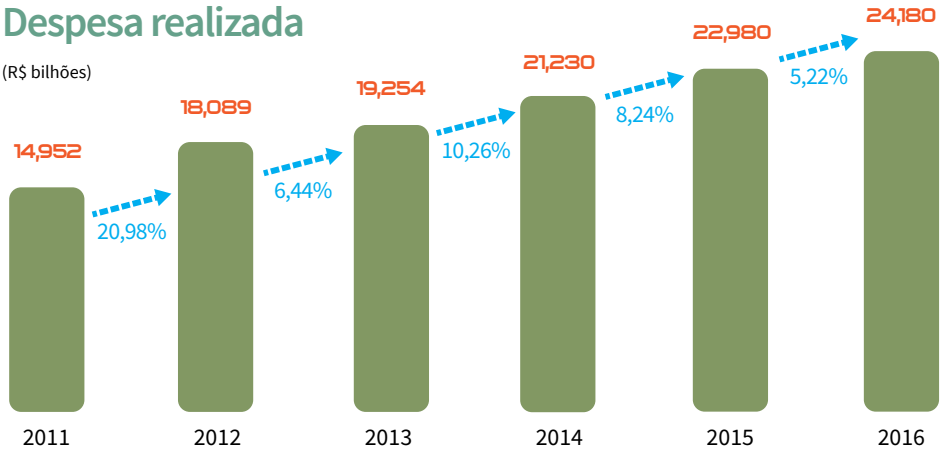
2016 (R$ bilhões)	Receita Bruta	Receita Líquida	Despesa Realizada
Previsão	34,982	25,752	25,752
Execução	32,766	24,284	24,180
Execução em relação à previsão	93,7%	94,3%	93,9%

Receita arrecadada



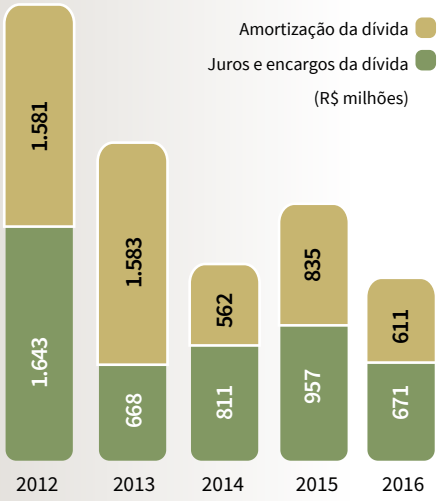
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Despesa realizada



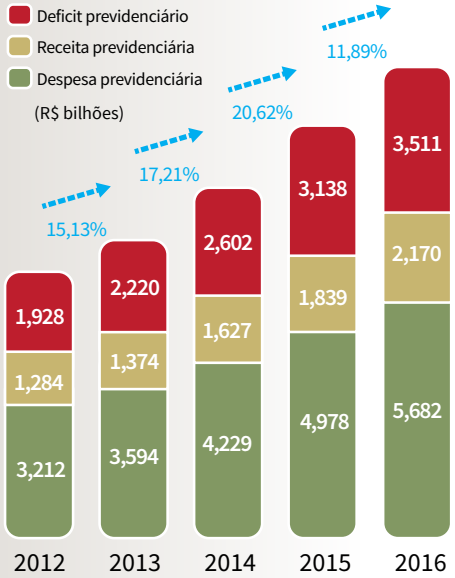
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Pagamento da dívida pública



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Regime de Previdência dos Servidores do Estado



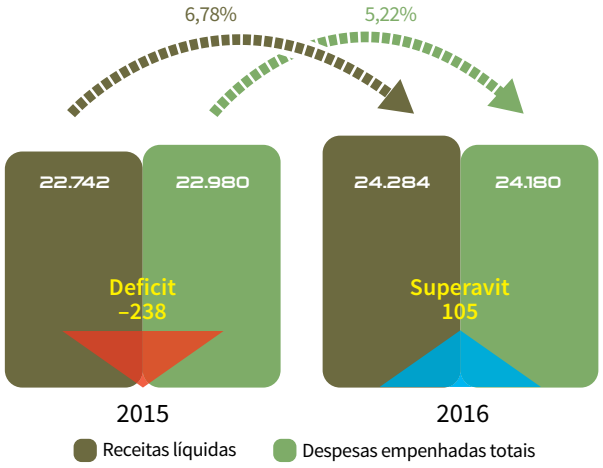
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Resultado orçamentário

Considerando-se o total de receitas líquidas menos o total das despesas realizadas em 2016, chega-se a um resultado orçamentário superavitário de R$ 105 milhões, ou seja, as receitas arrecadadas no exercício foram superiores às despesas realizadas.

Além disso, deve-se destacar que parte dessas despesas, o equivalente a R$ 1,764 bilhão, foi financiada por recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superávits financeiros), que serviram como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais. Caso esse valor fosse suprimido e se fossem considerados apenas os recursos arrecadados em 2016 e as despesas financiadas com esses recursos, o Estado apresentaria um superávit orçamentário ainda maior, de R$ 1,869 bilhão.

Execução orçamentária (R$ milhões)

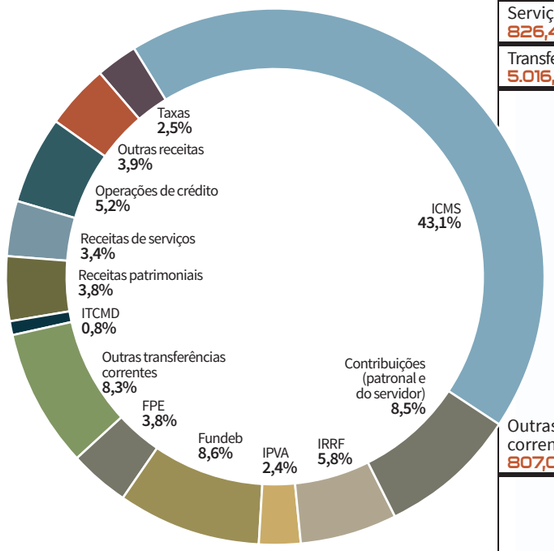


Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Receitas

De onde vieram os recursos de 2016 (R$ milhões)

- Receitas brutas 32.765,63 – Deduções 8.481,37 = Receitas líquidas 24.284,27
  - Transferências aos municípios 5.229,46
  - Fundeb 3.125,60
  - Restituições aos contribuintes e outras deduções 126,30
  - Tributárias 13.263,43
    - Impostos 12.660,99
      - ICMS 10.455,77
      - IRRF 1.414,35
      - IPVA 591,79
      - ITCMD 199,08
      - ITBI 0,001
    - Taxas 602,44
  - Contribuições 2.067,58
    - Contribuições sociais 2.067,58
      - Patronal 1.236,81
      - Servidor 830,77
  - Patrimonial 920,28
    - Valores mobiliários 887,84
    - Cessão de direitos 15,19
    - Imobiliárias 10,89
    - Concessões e permissões 4,86
    - Outras 1,50
  - Agropecuária 1,17
  - Industrial 4,09
  - Serviços 826,49
  - Transferências correntes 5.016,92
    - Fundeb 2.082,27
    - FPE 912,33
    - SUS 541,41
    - FNDE 305,48
    - Outras 1.175,44
  - Outras receitas correntes 807,06
    - Indenizações e restituições 258,69
    - Multas e juros de mora 220,82
    - Dívida ativa 79,98
      - ICMS 48,15
      - ITCMD 1,85
      - IPVA 1,45
      - Outras 28,53
    - Outras 247,57
      - ICMS 79,96
      - Trânsito 73,94
      - ITCMD 15,08
      - IPVA 2,81
      - Outras 49,03
  - Receitas de capital 1.377,25
    - Operações de crédito 1.253,88
    - Transferências de capital 57,02
    - Amortização de empréstimos 23,35
    - Alienação de bens 9,08
    - Outras 33,92

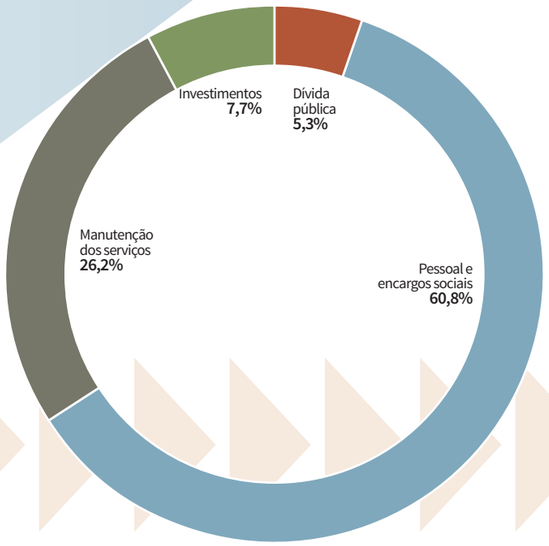


Receitas líquidas

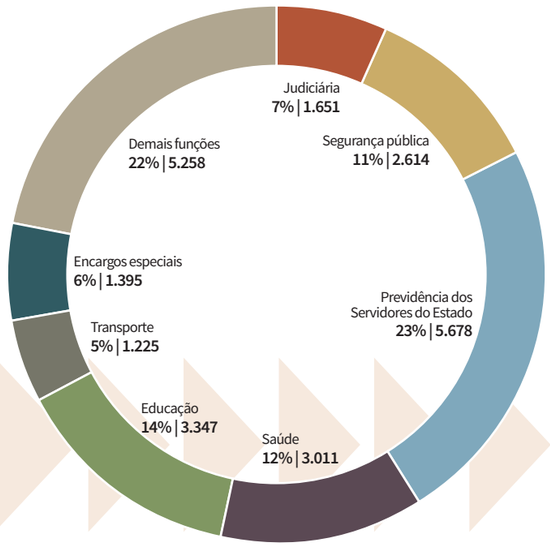
Despesas

Para onde foram os recursos de 2016 (R$ milhões)

- Despesas empenhadas totais 24.179,58
  - Pessoal e encargos sociais 14.698,01
    - Vencimentos e vantagens fixas 6.372,25
    - Aposentadorias, reformas e pensões 5.509,98
    - Obrigações patronais 1.396,06
    - Outros 1.419,72
  - Manutenção dos serviços públicos 6.329,41
  - Juros e encargos da dívida 671,25
  - Amortização da dívida 610,79
  - Investimentos 1.870,12
    - Obras e instalações 1.136,18
      - FUNDAM 89,72
      - Construção, ampliação ou reforma de patrimônio público 11,06
      - Apoio ao sistema viário 45,87
      - INVESTSAÚDE 31,22
      - Aquisição de equipamentos para saúde 5,73
      - Ampliação, construção e reforma de hospitais 17,09
      - Outros auxílios 105,62
    - Equipamentos e material permanente 148,54
    - Auxílios 306,32
    - Outros investimentos 279,08



Despesas por tipo de gasto



Despesas por função

OS NÚMEROS DE 2016

Balanço Patrimonial

(Excluídas as operações intraorçamentárias[1])

R$ bilhões

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	13,358	Passivo Circulante	8,054
Ativo não Circulante	27,288	Passivo não Circulante	23,446
		Patrimônio Líquido	9,146
Total	**40,646**	**Total**	**40,646**

Avaliação Patrimonial

R$ bilhões

Bens	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
Móveis	2,163	2,080	3,99
Imóveis	19,496	10,837	79,90
Intangíveis	0,213	0,285	-34,01

Balança Comercial

US$ bilhões

Balança Comercial	2016	2015
Importações	10,368	12,613
Exportações	7,593	7,644
Saldo da Balança	**-2,774**	**-4,969**

Números Fiscais

Indicador	2016	2015
Resultado Nominal (R$ milhões)	–284	2.018
Resultado Primário (R$ milhões)	–770	–330
Resultado Patrimonial (R$ milhões)	613	–1.471
Resultado Financeiro (R$ milhões)	1.218	761
Resultado Orçamentário (R$ milhões)	105	–238
Patrimônio Líquido (R$ bilhões)	9,146	1,054
Receita Corrente Líquida – RCL (R$ bilhões)	20,489	19,410
Receita Líquida de Impostos – RLI (R$ bilhões)	17,042	15,881
Aplicação em Educação (% da RLI)	26,99	27,57
Mínimo a ser aplicado (%)	25	25
Aplicação em Saúde (% RLI)	12,82	12,86
Mínimo a ser aplicado (%)	12	12
Despesas com Pessoal (% RCL)		
Consolidado Geral (%)	57,45	58,35
Limite Prudencial (%)	57	57
Limite Máximo (%)	60	60

1 As operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado .

As exportações catarinenses equivalem a 4,1% das exportações brasileiras do ano. O Estado conquistou dois postos entre os maiores estados exportadores, situando-se como o oitavo maior exportador nacional.

Do total exportado, 16,4% foram classificados como bens de capital, 41,8% como bens intermediários e 41,7% como bens de consumo.

No mesmo ano, as importações por portos catarinenses alcançaram o valor acumulado de US$ 10,4 bilhões. As importações catarinenses representaram 7,5% do total importado pelo Brasil. Santa Catarina foi o quarto maior importador do País. Do total importado, 18,7% foram classificados como bens de capital, 57% como bens intermediários e 23,6% como bens de consumo.

Mais informações sobre o desempenho do Estado de Santa Catarina em 2016 podem ser obtidas no Balanço Geral de 2016, disponível no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual:

http://www.transparencia.sc.gov.br

O Balanço é dividido em três volumes: no volume 1, são apresentadas informações administrativas, econômicas, sociais e financeiras do Estado. No volume 2, encontram-se os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64 e pelas demais normas legais. No volume 3, é apresentado o Relatório de Atividades do Governo do Estado de Santa Catarina, que possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas governamentais, bem como das ações priorizadas nas audiências públicas regionalizadas.

GOVERNO DE SANTA CATARINA